

MARILUCE BITTAR
(Coordenadora Geral)

**PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NA REGIÃO CENTRO-OESTE – as marcas da
mercantilização do ensino**

Campo Grande - MS
Novembro, 2005

MARILUCE BITTAR
(Coordenadora Geral)

**PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NA REGIÃO CENTRO-OESTE – as marcas da
mercantilização do ensino**

Relatório de Pesquisa correspondente ao Projeto Integrado e Interinstitucional de Pesquisa apresentado à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, aprovado de acordo com o disposto no Edital/FUNDECT Nº01/2002.

Campo Grande - MS
Novembro, 2005

SUMÁRIO

I – TÍTULO
II – INTRODUÇÃO
III – OBJETIVOS
3.1 Geral.....
3.2 Específicos
IV – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
V – RESULTADOS E DISCUSSÕES
VI - REFERÊNCIAS.....
VII – LISTA DAS PUBLICAÇÕES GERADAS
VIII- AÇÕES DE DIVULGAÇÃO REALIZADAS
IX – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
X – AVALIAÇÃO
ANEXOS
Anexo nº1: Dissertações Defendidas.....
Anexo nº2: Artigos em Periódicos
Anexo nº3: Textos Completos Apresentados em Eventos Científicos e Publicados em Anais...
Anexo nº4: Ações de Divulgação Realizadas e Alcance dos Benefícios Esperados.....

I – TÍTULO

Processo de Expansão e interiorização da Educação Superior na Região Centro-Oeste – as marcas da mercantilização do ensino.

II – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Pesquisa tem por objetivo descrever as ações planejadas e desenvolvidas no âmbito do Projeto Integrado envolvendo várias instituições de educação superior (IES). Inicialmente pesquisadores de duas IES estavam comprometidos com a pesquisa: a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, localizada na capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e a Universidade Federal de Mato Grosso, cuja sede está fixada na capital de Mato Grosso, Cuiabá. As duas universidades desempenham papel relevante no desenvolvimento dos dois estados: a UCDB, por herdar a tradição educativo-cultural das antigas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – instituição salesiana pioneira no oferecimento de cursos de nível superior no então sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), pedagogia e letras, possibilitando o acesso à continuidade dos estudos a uma parcela da população impossibilitada de se dirigir aos grandes centros do país para estudar. A UFMT, por ser a primeira instituição em Mato Grosso a oferecer cursos de nível superior naquela região, mais distante ainda dos grandes centros universitários, representando grande avanço na área educacional e cultural do estado.

Com o início do desenvolvimento do Projeto, sobretudo após a sua aprovação pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, alunos de Iniciação Científica da UCDB, Mestrados do Programa de Mestrado em Educação da UCDB e ex-alunos desse mesmo Programa, mas que exerciam a docência em outras IES, passaram a fazer parte do Projeto. Nesse sentido podem ser citadas, as seguintes IES: Centro Universitário de Campo Grande – UNAES; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e o Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG. Desse modo, de quatro pesquisadores iniciais, o Projeto passou a ser desenvolvido por vinte membros, os quais realizaram sub-projetos de pesquisa, resultando em dissertações de mestrado, artigos em periódicos, capítulos de

livros e trabalhos completos apresentados em eventos científicos, conforme demonstra os itens “Lista de Publicações Geradas” e “Ações de Divulgação Realizadas”.

A equipe de pesquisadores vinculada ao projeto de Pesquisa em pauta está assim constituída:

- Alfio Pozzi – Mestrando /UCDB; Professor IESPLAN;
- Ana Claudia Santos de Souza – Iniciação Científica/UCDB;
- Ataíde Ramão Neto – Iniciação Científica/UCDB
- Carina Elisabeth Maciel de Almeida – Mestre/UCDB; Doutoranda/UFMS;
- Frachys Marizete N. S. Ferreira – Mestranda/ UCDB; professora UFMS;
- Eloísa Bittencourt Fernandes – Mestre/UCDB; professora UNAES;
- Jorge Eto – Mestrando/UCDB; professor UNIVAG/MT;
- Karolyni Pacher Moti de Almeida – Iniciação Científica/UCDB;
- Lauro Cristiano Guedes da Silva – Mestrando/UCDB;
- Liliana Gonzaga de Azevedo Martins – Mestre/UCDB; professora UNAES;
- Luciane Andreatta de Castro – Mestranda/UCDB;
- Marcelo Pereira Rocha – Iniciação Científica/UCDB;
- Margarita Victoria Rodríguez – Dra.Educação; professora Mestrado Educação/UCDB; Vice-Líder do GEPPEs;
- Maria Cleide L.P. Cavalcante – Mestranda/UCDB; professora/UNIDERP
- Maria das Graças Martins da Silva – Doutoranda/UFRGS; professora/UFMT;
- Maria Luján Mattiauda – Mestranda/UCDB; professora UNIVAG/MT;
- Marilda Bonini Vargas – Mestranda/UCDB;
- Mariluce Bittar – Dra. Educação Educação; professora Mestrado Educação/UCDB; Coordenadora Geral desta Pesquisa e Líder do GEPPEs;
- Milena Inês Sivieri Pistori – Mestre/UCDB;
- Myrian Tereza Maciel Arruda e Sá – Mestranda/UCDB; professora UNIVAG/MT;
- Nataniél Dal Moro – Iniciação Científica/UCDB;
- Sandra Mara Martins dos Santos – Iniciação Científica/UCDB;
- Suseli de Freitas Pinheiro – Mestranda/UCDB; professora UNIVAG/MT;
- Tereza Christina Mertens de Aguiar Velosos – Doutoranda/UFG; professora/UFMT;
- Terezinha Fonseca de Carvalho Araújo – Mestranda/UCDB;
- Valquíria Allis Nantes – Iniciação Científica/UCDB.

É importante ressaltar que desde o início de desenvolvimento do Projeto foram elaborados 4 (quatro) Relatórios Parciais, entregues ao Departamento de Pesquisa da UCDB, a saber:

- 1º Relatório - período de de 1 de agosto de 2003 a 31 de dezembro de 2003;
- 2º Relatório - período de 1 de janeiro de 2004 a 30 de julho de 2004;
- 3º Relatório – período de 1 de agosto de 2004 a 28 de fevereiro de 2005;
- 4º Relatório – período de 1 de março de 2005 a 31 de agosto de 2005.

Outro aspecto que deve ser informado à FUNDECT é que o Projeto de Pesquisa foi reencaminhado ao Departamento de Pesquisa da UCDB, e sua continuidade foi aprovada por mais um ano, isto é, de agosto de 2005 a julho de 2006, isto permitirá à equipe de pesquisadores examinarem outras questões suscitadas nesses dois anos de realização da pesquisa.

Os desdobramentos e o alcance dos benefícios esperados, quando da elaboração do Projeto, permitiram, por sua vez, a criação e consolidação do GEPPEs – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. O Grupo vincula-se diretamente ao Programa de Mestrado em Educação da UCDB e congregando todos os pesquisadores que desenvolvem estudos relacionados à temática das políticas de educação superior. Como consequência desse trabalho está sendo construído um site e um folder de divulgação do GEPPEs, que serão de extrema importância para oferecer visibilidade às pesquisas desenvolvidas pelas IES de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Além disso, a vinculação da Coordenadora da Pesquisa ao Projeto Integrado “UNIVERSITAS/Br – a produção científica sobre educação superior no Brasil – 1968 – 2002”, o qual envolve pesquisadores das mais importantes universidades brasileiras (USP, UFSCar; UFRGS, PUCRS, UNIMEP, UFG, UFRJ), permite a integração e a troca de experiências entre os Grupos de Pesquisa, possibilitando a descentralização da pesquisa no Brasil e a visibilidade acadêmica do que vem sendo produzido na Região Centro-Oeste.

III – OBJETIVOS

3.1 Geral

Investigar o processo de expansão e interiorização da educação superior na região centro-oeste a fim de identificar e analisar as marcas da mercantilização do

ensino nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sobretudo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9394/96.

3.2 Específicos

- Verificar as características do processo de expansão e interiorização da educação superior em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, especialmente o movimento desencadeado pela iniciativa privada;
- Identificar as estratégias das instituições de educação superior privadas para expandir cursos e atrair alunos;
- Elaborar quadros de análise comparativos entre as características encontradas nos dois estados com o perfil da expansão da educação superior no Brasil no âmbito da reforma do Estado e da reforma da educação superior.

IV – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A fim de alcançar os objetivos (geral e específicos) delineados no Projeto de Pesquisa optou-se em utilizar o procedimento metodológico de natureza qualitativa, sem prescindir de dados de natureza quantitativa, pois foram essenciais para enriquecer e aprofundar as informações. Como exemplo pode-se citar a evolução do número de cursos, faculdades, centros universitários, estudantes matriculados, número de vagas, entre outros.

A análise documental também foi de extrema importância, para se conhecer os planos de governo em âmbito federal e estadual, propostas educacionais, planos de expansão e desenvolvimento das instituições de educação superior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como a análise de matérias jornalísticas veiculadas pela imprensa local e nacional.

O período de estudo os anos de 1996 – ano da aprovação da LDB, a 2002 – período em que se observa uma expansão significativa de criação de novas instituições e de cursos de graduação, bem como o acirramento das disputas no “mercado educacional” para atrair novos alunos. Não obstante, dados anteriores a esse período foram de extrema necessidade para se compreender a evolução da educação superior no Brasil e as especificidades desse processo na região centro-oeste, sobretudo nos estados em que se concentrou esta proposta de pesquisa.

No primeiro ano da pesquisa foram realizados levantamentos de dados estatísticos para se construir quadros demonstrativos do processo de expansão e interiorização da educação superior; esta fase foi desenvolvida por meio de pesquisas nos arquivos do INEP/MEC, IBGE e nas próprias IES dos dois estados. Além disso, foram utilizadas fontes documentais que permitiram construir análises sobre as características desse processo.

No segundo ano a equipe concentrou esforços no sentido de identificar as estratégias utilizadas pelas instituições universitárias, sobretudo as de grande porte, ou seja, as universidades e centros universitários, no sentido de atrair alunos e se garantirem no mercado educacional.

Nas duas fases da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos e análises históricas do período focalizado.

V – RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Educação superior no Brasil – dados históricos

A origem histórica dos primeiros cursos superiores no Brasil data do século XIX, quando, motivada por questões políticas, a família real portuguesa transferiu-se para suas terras de além-mar. Almejando criar um ambiente cultural parecido com os padrões europeus, D. João VI determinou a abertura de cursos superiores na Colônia e patrocinou, a contar de 1808, uma série de eventos artístico-culturais que marcaram época. Entretanto, apesar dessas iniciativas – já atrasadas em relação à América Espanhola – pode-se afirmar que a universidade brasileira, com as feições de uma instituição que aliasse ensino e pesquisa, tem uma história recente: a Universidade de São Paulo-USP, a mais antiga do Brasil não é ainda centenária.

Apesar de não contar com um século, a universidade no Brasil, a exemplo do que ocorreu em toda a América Latina, contribuiu significativamente para a modernização da sociedade: tanto no aspecto tecnológico, quanto no científico-cultural. Além desse distintivo, pode-se dizer que o ensino superior brasileiro, logo após o seu surgimento já portava as marcas da sua diversificação – fenômeno que ganhou impulso com a Reforma Universitária de 1968¹, ocorrida na vigência do regime militar e se acentuou nas últimas décadas.

¹ A Reforma Universitária constituiu-se na Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, assinada pelo presidente do segundo governo militar brasileiro, Arthur da Costa e Silva. Em seu parágrafo segundo, assim dispunha: “o

Historicamente é na década de 1940 que começam a surgir as universidades católicas no cenário das universidades brasileiras que, até então, contava com as pioneiras Universidade de São Paulo e a Universidade do Brasil – gestadas pelos movimentos políticos dos anos 1920 e criadas durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1930. Em 1944 foi criada a Universidade Católica do Rio de Janeiro, resultante de pressões da Igreja Católica que buscava manter uma universidade sob seu controle ideológico.

Como se sabe, no campo educacional, o período de 30 a 45 foi marcado pela luta entre as elites intelectuais católicas e laicas. A Reforma Francisco Campos (1931) definiu o sistema de organização e funcionamento das universidades federais e estabelecia a liberdade de criação de cursos superiores por parte da iniciativa privada, desde que autorizados pelo governo federal. Na verdade, esta era uma tentativa de aproximação entre Estado e Igreja desencadeada por Getúlio Vargas, cujo objetivo era obter apoio político ao seu governo (DURHAN e SAMPAIO, 1995, p.13).

Nesse contexto surgiram também muitas universidades que hoje integram o segmento das universidades comunitárias (especialmente as comunitárias-confessionais) cujo início de funcionamento dos primeiros cursos ocorreu no período supracitado. Como exemplo, podem ser citadas: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1931), Universidade Católica de Pernambuco (1931), Universidade Católica de Salvador (1932), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1938), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1941), Universidade de Cruz Alta (1947), entre outras. Nas décadas seguintes, 1950 e 1960, um grande número de universidades foram criadas, tanto no setor público: Universidade Estadual de Campinas (1962), Universidade Federal de São Carlos (1960)², Universidade Federal de Goiás (1960), Universidade Federal de Ouro Preto (1969), Universidade Federal do Ceará (1954) etc., como no setor privado: Universidade Católica de Pelotas (1953), Universidade Católica de Goiás (1958), Universidade Metodista de Piracicaba (1964), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1957), entre outras.

ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (SAVIANI, 1987:99).

² A propósito da UFSCar, Valdemar Sguissardi fez um importante estudo intitulado *Universidade, Fundação e Autoritarismo* no qual esclarece a respeito da data de criação dessa Universidade. Segundo o autor, apesar de ter sido criada pela Lei nº 9.835, de 13 de dezembro de 1960, a sua “verdadeira certidão de nascimento” data de 22 de maio de 1968, “no auge da ditadura militar”, por meio de um decreto presidencial que instituía a Fundação Universidade Federal de São Carlos, “responsável pela instalação e manutenção da Universidade do mesmo nome” (SGUISSARDI, 1993:12).

Neste cenário começa a consolidar-se “... *um sistema dual, no qual coexistem instituições públicas e privadas, laicas e confessionais. Esse sistema é, desde sua origem, bastante heterogêneo, pois implica também a coexistência de universidades e instituições isoladas. Além disso, o setor público compreende instituições federais e estaduais*” (DURHAN e SAMPAIO, 1995, p. 3).

Esta heterogeneidade acentuou-se nos anos 1970 quando eclodiu o “*novo ensino privado empresarial*”, sem uma concepção educacional própria, distinto pois do católico. Ilustram o ensino privado empresarial, na década de 1970, a Universidade de Mogi das Cruzes (1973) e a Universidade Gama Filho (1972), enquanto que na década seguinte: a Universidade do Oeste Paulista (1987), a Universidade de Ribeirão Preto (1985), e a Universidade de Marília (1988). Para Carlos Benedito Martins, houve um “*surto expansionista*” no ensino superior, liderado pelas “*empresas educacionais*” que encontraram espaço para sua ampliação tendo em vista o refluxo estatal em expandir a rede pública, o mesmo ocorrendo com o setor confessional. “*Um dos impactos do aparecimento desse novo parceiro no campo das instituições de ensino de terceiro grau foi o de exercer um efeito complicador na própria estruturação desse campo, que, até então, era estruturado fundamentalmente pela participação de estabelecimentos universitários públicos e confessionais, criados num momento anterior ao surto expansionista*” (MARTINS, 1991, p. 63-64).

Segundo Durhan, este movimento explica que “... *pulverizado do início, em estabelecimentos muito pequenos, com instalações improvisadas, o setor privado passou por um processo de consolidação, expansão e aglutinação, compreendendo estabelecimentos cada vez maiores e criando uma nova forma institucional paralela a das universidades e não prevista na legislação: as faculdades integradas*” (1998a, p. 9). Para Durhan e Sampaio, “*o movimento para a criação de universidades privadas em substituição às escolas e à federação de escolas é bem mais recente e se acelerou enormemente a partir de 1988, data da nova Constituição*” (1995, p. 8). O fato de se transformarem em universidades tornava-as livres do controle do Conselho Federal de Educação – órgão responsável pela aprovação prévia de novos cursos, da expansão de matrículas, da criação de novas instituições, entre outros. Adquirindo o *status* de universidade, a instituição passava a contar com a “autonomia didática, administrativa e financeira”, garantida na Constituição e, portanto, conquistava a liberdade pretendida por seus dirigentes.

Percebe-se, portanto, um grande crescimento quantitativo sem, contudo, resultar em melhoria qualitativa, pois a preocupação do setor privado está vinculada quase que

exclusivamente ao “*atendimento da demanda por ensino*”; a exceção, segundo as autoras, pode ser constatada pela presença “*de algumas universidades católicas que se propõem enquanto uma alternativa confessional às universidades públicas*” (Ibid, p. 9).

Eunice Durhan constata que o “*setor privado, além de ter expandido, também se diversificou internamente nas décadas subseqüentes à reforma. No período anterior era constituído majoritariamente por instituições não lucrativas, em geral confessionais ou criadas por iniciativa das comunidades locais. Parte desses estabelecimentos foi estadualizada ou federalizada. Mas, paralelamente, desenvolveram-se novas instituições comunitárias, mantidas pela Igreja ou por iniciativas laicas, envolvendo prefeituras e entidades representativas da sociedade civil que constituem, no conjunto, um sub-sistema que se poderia denominar público não estatal. A grande ampliação do setor privado, entretanto, se deu pela expansão de um outro tipo de estabelecimento, criado pela iniciativa privada e de cunho mais direto às pressões de mercado, as quais nem sempre se orientam no sentido da qualidade*

” (1998a, p. 8).

Em relação a este “*novo ensino privado*”, Carlos Benedito Martins afirma ser um movimento de “*corte claramente empresarial*”; sua assertiva baseia-se no fato de que até a metade da década de 60 o ensino superior brasileiro era constituído fundamentalmente pelas instituições públicas e confessionais. “*Estas últimas mais preocupadas em reproduzir seus esquemas de pensamento e suas visões de mundo do que em fazer da educação um empreendimento lucrativo*” (1991, p. 1). Portanto, ainda de acordo com o autor, o segmento privado confessional, “*não deve ser confundido com o novo ensino privado*”, pois este apresenta um “*caráter marcadamente empresarial*”, enquanto aquele não visa a “*acumulação de capital*” (1987, p. 55).

Segundo o Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, intitulado **Ensino Superior – Perspectivas para a Década de 90**, o ensino de massa está vinculado preponderantemente às IES privadas empresariais que oferecem cursos “*... de estrutura mais simples, menos exigentes no acesso e nas avaliações internas, e relativamente baratos, oferecidos principalmente em período noturno...*” pois são mais “*convenientes às expectativas educacionais desses grupos*” (1990, p. 4).

Desse modo consolida-se a diversificação do ensino superior brasileiro; de um lado o setor estatal, responsável pelo ensino público e gratuito nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal – tendo cada qual as suas especificidades próprias, inclusive no que diz respeito à política de pesquisa e pós-graduação, política salarial de docentes e funcionários e verbas orçamentárias. De outro lado o setor privado, compreendido hoje como o segmento das

universidades comunitárias (ou “*públicas não-estatais*”) e o segmento empresarial, ambos comportando em seu interior diferentes tipos de instituições e, consequentemente, diferentes práticas e políticas universitárias – tanto internamente, quanto no embate com o Estado – na tentativa de diferenciarem-se diante dos setores da sociedade que buscam atingir.

5.2 O Contexto da educação superior em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Pode-se afirmar que as primeiras tentativas para dar início ao ensino superior no antigo Mato Grosso, surgiu em meados da década de 50, pelas mãos dos padres salesianos mas só se concretizou em 1961, quando foi autorizada a instalação dos cursos de pedagogia e letras, sendo criada a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras - FADAFI.

Nos anos 1960 o estado de Mato Grosso ainda era *uno* e estava marcado por disputas acirradas pela hegemonia do poder, entre o sul e o norte, representados, respectivamente, por Campo Grande e Cuiabá. Na cidade de Campo Grande eram comuns as reportagens de jornais locais que colocavam a cidade num patamar tal, como se não existisse no estado, outra capaz de superá-la, nem de alcançá-la. Era constante a publicação das arrecadações municipais, nas quais Campo Grande, na maior parte das vezes, aparecia encabeçando a lista, chegando a arrecadar uma quantia superior ao dobro da arrecadação da capital, em 1963³.

A concorrência se mostrava ampla na área do ensino. No ano de 1965, com o governo Fernando Corrêa da Costa, Mato Grosso foi apontado como líder em educação no Brasil e, o governador, Pedro Pedrossian chegou a investir 40% da arrecadação estadual em educação. No entanto, até 1962, havia faculdade no estado apenas na capital, Cuiabá; naquele mesmo ano foi criada a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras – FADAFI, com os cursos de pedagogia e letras, os primeiros da região sul do estado, na cidade de Campo Grande. Mas, os sulistas lutavam por uma faculdade pública na qual funcionassem os cursos de farmácia e odontologia. Em 1964 o MEC anunciou a criação de uma universidade em Mato Grosso; a lógica era de que a sede da instituição fosse em Cuiabá, a capital do estado. Porém, Campo Grande via-se no direito e com capacidade de sediá-la por ser a cidade que mais crescia e se desenvolvia, em nível estadual. Campo Grande, além do mais, fora condecorada como capital do ensino de Mato Grosso em 1966, ano em que os

³ Correio do Estado, 27/01/1964, ano X, p. 01: Campo Grande = CR\$ 869.059.731,10; Cuiabá = CR\$ 426.035.182,60.

salesianos fundaram a Faculdade de Direito de Campo Grande. E, no ano de 1968, Campo Grande já possuía 450 acadêmicos de ensino superior, 300 dos quais eram estudantes das faculdades salesianas.

Prevaleceu o respeito do governo federal, militar, pela hierarquia, e Cuiabá ficou como sede da UFMT, em fins de 1969. Contudo, o governador Pedro Pedrossian, que era sulista, criou imediatamente a Universidade Estadual de Mato Grosso (atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), em janeiro de 1970, fato que incentivou as lutas pró-divisão.

Ainda são poucos os dados disponíveis sobre a educação superior em Mato Grosso do Sul. Na época da assinatura da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, pelo General Presidente Ernesto Geisel, criando o estado de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso era o único campus universitário presente na região sul de Mato Grosso. Com a divisão de Mato Grosso, a necessidade de se consolidar um sistema de ensino superior em Mato Grosso do Sul tornou-se premente.

Seguindo a mesma lógica do restante do país, em Mato Grosso do Sul observa-se uma expansão quantitativa de cursos isolados e faculdades integradas em várias regiões do interior do estado, sendo que a predominância é maior no setor privado empresarial.

Quanto às universidades, a década de 1990 registrou a transformação das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT, em Universidade Católica Dom Bosco – UCDB (1993). Já o Centro de Ensino Superior Plínio Mendes dos Santos – CESUP, transformou-se em Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP (1996) e, em 1994, o então governador Pedro Pedrossian criou a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Registra-se também a expansão dos cursos de pós-graduação, tanto os de especialização *lato sensu*, como os de *stricto sensu*.

É preciso considerar também que no interregno de trinta anos, a população de Mato Grosso do Sul triplicou, passando de 569.318 em 1960, para 1.780.372, em 1990 (Perfil da Cidade de Campo Grande, 1999). Os impactos desse crescimento refletiram-se no ensino superior já que o setor público estatal não conseguiu absorver toda a demanda de estudantes, abrindo espaço para a iniciativa privada, especialmente a empresarial.

No Quadro I demonstra-se a evolução do número de instituições nos dois estados:

Quadro I

Número de Instituições de Educação Superior em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1996-2002)

Estado	Ano	Universidades	Centros Universitários / Faculdades Integradas	Faculdades Isoladas	Total
Mato Grosso	1996	3	4	16	23
	1997	3	3	16	22
	1998	3	3	20	26
	1999	3	5	19	27
	2000	3	6	20	29
	2001	3	8	23	34
	2002	3	9	26	38
Mato Grosso do Sul	1996	2	4	16	22
	1997	4	8	9	21
	1998	4	9	8	21
	1999	4	8	18	30
	2000	4	9	17	30
	2001	4	9	20	33
	2002	4	8	27	39

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos dados obtidos nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior, site do INEP/MEC de 1996 a 2002.

Conforme se observa, tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul, há um número muito maior de faculdades integradas, centros universitários, e faculdades isoladas em funcionamento do que de universidades, pois estas exigem, em tese, a comprovação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No total, não há diferença significativa do número total de instituições: 38 em Mato Grosso do Sul e 39 em Mato Grosso.

O ensino superior público é representado no estado de Mato Grosso do Sul por duas instituições: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, que oferece 30 cursos de graduação na capital, Campo Grande, e 47 no interior; e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS com oferta de 1 curso na capital e 46 no interior. Em Mato Grosso é representado por quatro instituições: a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, ofertando 29 cursos na capital, Cuiabá, e 48 no interior; o Centro de Educação Tecnológica - CEFET/MT, que oferece um curso em Cuiabá; a Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT, cuja presença é maciça no interior do estado, oferecendo 48 cursos de graduação e a Faculdade Municipal de Nova Mutum – FAMUNM, com oferecimento de 2 cursos no interior.

Na esfera privada, o estado de Mato Grosso do Sul possui uma universidade confessional-comunitária, a Universidade Católica Dom Bosco, com oferta de 40 cursos na capital e 7 no interior; uma universidade de caráter empresarial, a Universidade para o

Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP, com 24 cursos na capital e 11 no interior. Além disso, possui 1 Centro Universitário, 7 Faculdades Integradas e 27 Faculdades Isoladas. Mato Grosso, por sua vez, possui apenas uma universidade particular, de caráter empresarial, a Universidade de Cuiabá (UNIC), com oferta de 27 cursos, todos na capital; 1 Centro Universitário, 8 Faculdades Integradas e 26 Faculdades Isoladas.

No Censo do Ensino Superior (MEC/INEP, 2003) referentes ao ano de 2002, foram registradas 1637 Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, representando um acréscimo em torno de 127% nos últimos dez anos. A iniciativa privada ocupa papel predominante nesse processo, em termos quantitativos, registrando 88% do total das IES, representadas principalmente pelas empresas educacionais, ou privadas comerciais.

Analizando os dados referentes à Região Centro Oeste, tema deste estudo, constata-se que das 198 IES, 90,90% estão concentradas na esfera privada e 9,09 % na esfera pública; além disso, 47,47% localizam-se na capital, enquanto 52,52% no interior dos estados que compõem a região. Há, portanto, forte característica da privatização e do processo de interiorização desencadeado pelas instituições de educação superior dos estados que compõem a região.

5.3. Indicadores do Processo de Interiorização

No quadro II é possível observar a expansão de vagas ocorridas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil: em 1996 havia 634.236 vagas oferecidas pelas instituições de educação superior no Brasil, passando para 1.773.087, em 2002, representando 179% de crescimento. Nesse mesmo período Mato Grosso registrou aumento de 8.396, em 1996, para 28.908 em 2002, significando 244%, maior que a oferta nacional, enquanto em Mato Grosso do Sul o número total de vagas oferecidas foi menor do que no Brasil e em Mato Grosso, ou seja, 151%, passando de 9.665, em 1996, para 24.279 vagas, em 2002.

Quadro II

Oferta de vagas no Ensino Superior Brasileiro, MT e MS, de 1996 a 2002

	Ano	Universidades	Centros Universitários/Faculdades Integradas	Faculdades Isoladas / Centros de Educação Tecnológica	Total de vagas
Brasil	1996	373.565	96.409	164.262	634.236
	1997	443.410	85.474	170.314	699.198
	1998	502.008	101.186	172.837	776.031

	1999	552.148	141.438	200.804	894.390
	2000	698.909	246.147	271.231	1.216.287
	2001	755.885	298.722	353.885	1.408.492
	2002	851.764	374.787	546.536	1.773.087
Mato Grosso	1996	5.107	1.140	2.149	8.396
	1997	6.695	1.144	2.169	10.008
	1998	6.707	1.144	2.550	10.401
	1999	6.730	2.667	2.170	11.567
	2000	13.010	5.283	3.338	21.631
	2001	9.253	7.942	4.545	21.740
	2002	10.657	11.280	6.965	28.908
Mato Grosso do Sul	1996	4.171	2.060	3.434	9.665
	1997	6.981	3.099	1.050	11.130
	1998	7.501	3.581	1.220	12.302
	1999	8.160	4.091	2.925	15.176
	2000	10.423	5.461	2.435	18.319
	2001	11.970	5.611	3.775	21.356
	2002	11.030	5.741	7.508	24.279

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos dados obtidos nas Sinopses da Educação Superior dos anos de 1996 a 2000.

Note-se que, em relação aos Centros Universitários e Faculdades Integradas, há o registro de grande expansão de vagas no estado de Mato Grosso, que passou de 1.140 vagas, em 1996, para 11.280, em 2002, significando 889% de expansão, ao passo que no Brasil, no mesmo período, o crescimento foi de 288% e em Mato Grosso do Sul, de 178%. Quanto às Faculdades Isoladas, no Brasil, a oferta de vagas de 1996 a 2002 cresceu 232%; em Mato Grosso 224% e, em Mato Grosso do Sul, uma porcentagem pouco menor, de 118%. Considerando que essas instituições são, majoritariamente, de natureza jurídica privada, há que se questionar sobre a qualidade dos cursos ofertados e as condições infra-estruturais para o seu funcionamento, como bibliotecas, laboratórios, entre outras.

De acordo com o Quadro III, o número de matrículas, no Brasil, em 2002, chegou a 3 479 913, sendo que destas 69,7% estão no setor privado; desse total 54% dos alunos estão matriculados em instituições das capitais e 83% no interior dos estados da federação. A mesma distribuição pode ser observada em relação ao total geral no Brasil: 42% dos alunos estão vinculados às instituições fixadas nas capitais e, aproximadamente, 58% no interior. Já em relação ao setor público, a tendência se inverte, pois registra 45% de matrículas nas capitais e 16% no interior.

Quadro III
Número de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais Segundo Categoria Administrativa, Localização (Capital e Interior) - Brasil / Centro Oeste – 2002

Categoria Administrativa	Brasil			Centro Oeste			Mato Grosso do Sul			Mato Grosso			
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Pública	Nº	1051655	674916	326729	107964	48462	59502	18068	5668	12400	19577	7678	11899
	%	30,22	45,72	16,72	33,38	22,73	53,96	32,37	20,17	44,73	37,43	30,81	43,46
Privada	Nº	2428258	801242	1627015	215497	164734	50763	37756	22432	15324	32720	17239	15481
	%	69,78	54,28	83,28	66,62	77,27	46,04	67,63	79,83	55,27	62,57	69,19	56,54
Total Geral	Nº	3479913	1476158	1953744	323461	213196	110265	55824	28100	27724	52297	24917	27380
	%		42,42	57,58		65,91	34,09		50,34	49,66		47,65	52,35

Fonte MEC/INEP/DAES, 2003.

É interessante observar, também, que o conjunto de matrículas da Região Centro-Oeste não segue a tendência observada no Brasil, pois 66% dos estudantes estão matriculados nas capitais e 34% nas cidades do interior. O setor privado, de igual modo, não apresenta a mesma tendência observada no Brasil (54% nas capitais e 83% no interior), pois a maior concentração aparece nas capitais, com 77% das matrículas e, o interior, comparece com 46%; o mesmo fenômeno ocorre em Mato Grosso do Sul (80% nas capitais e 55% no interior) e, em Mato Grosso (69% nas capitais e 56% no interior).

Com relação ao setor público, o Centro-Oeste e os dois estados pesquisados não apresentam a mesma tendência do Brasil (45% nas capitais e 16% no interior); os dados evidenciam que nessa Região há 22% de alunos matriculados nas capitais e 54% no interior; Mato Grosso do Sul registra 20% na capital e 44% no interior e, Mato Grosso, 31% na capital e 43% no interior. Uma das razões para essa inversão pode ser atribuída ao peso das instituições públicas, no Brasil, especialmente quanto à quantidade de universidades públicas das regiões sul e sudeste, fato que elevaria a concentração desses alunos nas capitais. Mas, ao se analisar separadamente, a tendência se inverte porque no Centro-Oeste e nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso as duas universidades estaduais (UEMS e UNEMAT) foram criadas com as características da interiorização. Além disso, as duas universidades públicas federais (UFMS e UFMT) adotaram uma política marcante de expansão de cursos para as cidades do interior, o mesmo acontecendo com a Universidade estadual de Goiás – UEG, que apresenta os mesmos traços de criação.

De acordo com artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, sob o título “Cresce número de matrículas no interior”, o processo de interiorização na Região Centro-Oeste “[...] que teve o segundo maior crescimento da educação superior no interior (210,5%)

pode estar relacionado às novas fronteiras da agricultura brasileira" (2003, p. C 4), que demandam oferta de serviços básicos nas cidades interioranas, entre eles, a educação superior.

Quadro IV

Número de Cursos de Graduação Presenciais, segundo categoria administrativa, localização (capital e interior) – Brasil/Centro Oeste, 2002

Categoria Administrativa	Brasil			Centro Oeste			Mato Grosso do Sul			Mato Grosso			
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Pública	Nº	5252	1578	3674	640	180	460	124	31	93	128	30	98
	%	36,47	32,15	38,71	45,88	27,27	62,59	41,75	27,43	50,54	47,23	34,88	52,97
Privada	Nº	9147	3331	5816	755	480	275	173	82	91	143	56	87
	%	63,53	67,85	61,29	54,12	72,73	37,41	58,25	72,57	49,46	52,77	65,12	47,03
Total Geral	Nº	14399	4909	9490	1395	660	735	297	113	184	271	86	185
	%		34,09	65,91		47,31	52,69		38,05	61,95		31,73	68,27

Fonte MEC/INEP/DAES, 2003.

Em relação aos cursos de graduação, dos 14.399 existentes no Brasil, 4.909 (34%) são ofertados nas capitais e 9.490 (61%) no interior, sendo que as instituições públicas oferecem, 5.252 cursos (36%). Desse total, 1.578 (32%) estão localizados nas capitais, e, 3.674 (38%) no interior. Quanto às instituições privadas, do total de 9.147 cursos, 3.331 localizam-se nas capitais e 5.816 são oferecidos no interior. Tais indicadores seguem a tendência nacional, mostrando a "ocupação de territórios", promovida tanto pelas IES privadas quanto pelas IES públicas.

A análise comparativa entre os dados do país e os de âmbito regional, numa visão de conjunto, indica que as políticas públicas de educação superior foram desenvolvidas na perspectiva da reforma do Estado preconizada pelo ideário neoliberal, ou seja, retração de investimentos públicos e implementação de políticas educacionais que favorecem o crescimento da iniciativa privada, seguindo, assim, as diretrizes apontadas pelas agências financeiras internacionais, pautadas na privatização e no desmonte dos serviços públicos.

Fazendo-se um recorte no período correspondente ao aceleramento da via expansionista e de interiorização, pela iniciativa privada, especialmente nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso, concorda-se com Cunha ao afirmar que:

a característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta é o destaque para o papel econômico da educação, como "base do

novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso a proposta afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. (CUNHA, 2003, p.38-39).

Do ponto de vista das IES privadas, a política assumida pelo Estado concretizou-se por meio da materialização de estratégias que resultaram em números expressivos, isto é, o aumento quantitativo de IES, cursos e alunos matriculados. Na trajetória desse crescimento e dessa expansão acelerada detecta-se a idéia de que o investimento na educação superior, de fato, é uma alternativa empresarial lucrativa. Para tanto, a “liberação” de impedimentos legais que limitavam o crescimento surgiu como fator de fomento para que o processo de expansão tomasse o vulto que hoje apresenta⁴.

As IES públicas, no processo de adaptação a essa lógica, realizaram uma “revolução administrativa” para sobreviver, no sentido de racionalizar o uso de recursos e a utilização da capacidade ociosa, o que se traduz, por exemplo, na ampliação dos cursos noturnos e aumento de matrículas, sem aumento de despesas (Cunha, 2003). Como recompensa a este ajuste, as cotas de concessão de recursos provenientes do MEC privilegia a quem favorece a expansão com menos gastos, o que tem induzido as instituições públicas ao estabelecimento das “parcerias” como forma de suprir recursos deficitários e sustentar o crescimento.

Sob a política do crescimento sem ônus, essas IES valem-se de estratégias de sobrevivência, pois o seu julgamento passa pela capacidade de manter-se presentes na sociedade, apresentando números que possam indicar expansão. Para a garantia dessas “conquistas”, configura-se a chamada “privatização interna”, no caso das instituições públicas, como por exemplo, a oferta de cursos de especialização e extensão financiados pela cobrança de mensalidades; a criação de fundações que capitalizam recursos da iniciativa empresarial para o desenvolvimento de pesquisas e os convênios firmados com Prefeituras ou Secretarias de Educação que prevêem financiamento para viabilizar a abertura de novos *campi* ou a criação de “turmas especiais”, principalmente no interior dos estados.

⁴ Sob o mote da flexibilização e da diversificação do ensino superior, a LDB de 1996 proporcionou mudanças significativas ao sistema nacional de ensino superior, abrindo diferentes possibilidades de organização e de gestão.

Nessa reconfiguração da política pública de educação superior, Sguissardi enfatiza a realidade heterogênea constatada no interior dos *campi* das universidades públicas, na qual é possível constatar a coexistência de “três tipos de instituições em uma”:

a universidade financiada pelo MEC, a universidade financiada pela CAPES e pelo CNPq e a universidade **auto-sustentada, gerenciada pelas Fundações de Apoio**. As três viveriam em mundos muito distintos entre si, quanto a condições de trabalho, incentivos financeiros e reconhecimento acadêmico. A auto-imagem que construiriam de si também é distinta: “a primeira se imagina pública, gratuita e democrática; a segunda se imagina pequena, doutoral e elitista; **a terceira se imagina privada, competitiva e mercadológica** . (2003 a, p. 199, grifos nossos)

Nesse contexto e, envolvendo situações institucionais contraditórias, se situa o processo de expansão e de interiorização do ensino superior nos estados de MT e MS, fenômeno que tem algumas características próprias, mas reproduz, no geral, os mesmos princípios que norteiam a expansão das IES no Brasil.

Em Mato Grosso, por exemplo, a Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT, cuja sede situa-se na cidade de Cáceres, demonstra forte política de expansão pelo interior, avançando sobre regiões ainda não atendidas, garantindo com seus nove *campi* presença em diversos municípios. Criada em 1999, a Universidade Estadual de Mato Grosso surgiu num período em que a UFMT passava por um refluxo no processo de crescimento, paralisada pelas políticas públicas encetadas pelo governo federal, especialmente nos oito anos de mandato de FHC. Como forma de compensar, o governo federal passou a incentivar a criação das universidades estaduais⁵ a exemplo da UNEMAT.

Processo semelhante ocorreu com a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, com sede na cidade de Dourados. Criada pela Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul em 1979, foi implantada, de fato, apenas em 1993. Sua sede foi fixada na cidade de Dourados, segunda maior população do estado, com o objetivo de atender a “*demandas de interiorização*” e tornar-se um “*pólo de referência*” na região da Grande Dourados (FERNANDES, 2003, p.103). Para a primeira reitora da Universidade,a “*criação da UEMS tornou-se um grande instrumento do processo de desenvolvimento do interior do estado*”, pois este seria,em sua opinião, “*o perfil da maioria das universidades estaduais do país*” (CORREIO do Estado, 2003, p. 5 a.). Seguindo a lógica da interiorização,a UEMS possui 31 cursos de graduação funcionando nas cidades do interior de MS e apenas um na capital (FERNANDES, 2003, p. 106-107).

⁵ Nos anos 1980 o sistema nacional de ensino superior era constituído por 63 universidades, sendo 34 públicas federais, 9 públicas estaduais e 20 privadas. Em 1998, havia 153 universidades, sendo 39 públicas federais, 30 estaduais e 76 privadas (conferir em Leite, 2003).

Há outro aspecto importante a ser considerado em relação às universidades estaduais: artigo publicado no jornal Folha de São Paulo revela que “*ter uma universidade pública instalada na cidade representa, em média, um adicional de 30,9% para a receita total do município*” (1999, p. C 3), fato que desperta o interesse de prefeituras e outras instituições no sentido de facilitar a instalação dos *campi* dessas universidades em cidades do interior.

5.4. Estratégias de interiorização

No contexto do processo de interiorização, sob os ditames da expansão mercantilista da educação, poder-se-ia falar de uma vocação da UFMT em expandir-se em direção ao interior do estado. A história da instituição⁶, assim como dados referentes à sua expansão (cursos novos ou abertura de vagas) revelam que a UFMT historicamente tem marcado sua presença para além da capital.

Seria de se esperar esta característica, até pelo fato de representar a única Universidade Federal do Estado, que tem uma dimensão continental de 901 421 Km², com 139 municípios (Assembléia Legislativa de MT, 2003) o que representa distâncias significativas internamente.

A UFMT tem criado novas vagas nas cidades do interior por meio de estratégias denominadas “turmas especiais” e “turmas parceladas”. Além disso, a expansão de cursos novos, empreendida pelo NEAD (Núcleo de Educação à Distância), tem evidenciado um crescimento progressivo da Instituição Federal no interior, o que é justificado pela busca de integração e de desenvolvimento e pela fixação do indivíduo nos municípios que sediam os cursos.

As chamadas “turmas especiais” caracterizam-se por funcionar fora do campus da UFMT, em caráter emergencial e temporário, em consonância com o mesmo currículo do curso de graduação que funciona na sede, podendo concorrer a vaga por processo seletivo, qualquer candidato que tenha concluído o segundo grau. É como se fosse uma “extensão” do curso, oferecida na capital, para o interior, ocorrendo, muitas vezes, transporte de equipamentos e material de laboratório para viabilizar situações de ensino condizentes com as do curso da sede.

As “turmas parceladas” correspondem a uma situação semelhante à da “turma especial”, diferenciando-se por privilegiar um público alvo (em geral, professores da rede municipal), por terem um currículo próprio e funcionarem no sistema modular, em período de

⁶ Desde o seu surgimento a UFMT já manifestava uma orientação de “pertencer ao Estado”. Intitulada “Uniselva” havia uma intenção de “unir” a cultura indígena e pantaneira ao “conhecimento científico universal”, da mesma forma que tomar como objeto de estudo os ecossistemas da região (Cerrado, Pantanal, Amazônia).

férias escolares, a fim de possibilitar pleno acesso às aulas. Ainda que não sejam turmas regulares (por seu caráter temporário), esta modalidade também deve por submeter-se à avaliação do MEC no seu encerramento.

Tanto as “turmas parceladas” quanto as “turmas especiais”⁷ caracterizam-se por estabelecer um contrato entre a Universidade e a outra parte interessada, que tem sido em geral as Prefeituras do interior. As condições de trabalho são, portanto, viabilizadas pelo financiamento de viagens, hospedagem, material didático e de consumo, entre outras.

Dados da Pró-Reitoria Planejamento da UFMT, indicam que no período entre 1992 a 2003 foram criadas 54 turmas no interior representando um acréscimo significativo no número de vagas e aumentado a presença da UFMT nas cidades do interior.

Por sua vez, os cursos a distância, oferecidos pela UFMT, por meio do Núcleo de Educação a Distância- NEAD, destinados a professores da rede pública de ensino fundamental e médio, registram de forma progressiva a marca da expansão no interior, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro V

**Número de alunos matriculados em cursos de graduação, na modalidade a distância
UFMT**

Ano de criação do curso	Nº de alunos matriculados	Pólos que envolve
1995	350	1 pólo (13 municípios)
2000	2.219	5 pólos (46 municípios)
2003	1.222	3 pólos (40 municípios)

Fonte: SIGED/NEAD/UFMT, 2003

Ainda em relação ao ensino de graduação a distância, a UNEMAT registrou, em 2002, o número de 1.570 alunos matriculados, segundo informa o Censo da Educação Superior/INEP/MEC (2003). Percebe-se, portanto, a presença marcante das duas IES públicas

⁷ Essas turmas são regulamentadas pelo Conselho Universitário; no entanto, há um debate interno com posições divergentes quanto à situação legal que implica o seu funcionamento, considerando o Decreto 3.860 (julho/2001), que determina a autorização prévia do Conselho Nacional de Educação e do MEC para o funcionamento de cursos fora da sede (artigo 33). A Pró-Reitoria de Graduação, da UFMT, entende que, no exercício da autonomia universitária, a instituição tem poderes para criar as turmas, pois não constituem cursos novos, e sim “prolongamentos” dos cursos existentes, credenciados para funcionar na sede. Há neste entendimento, um componente político que expressa a necessidade e opção por atender uma imensa demanda que vem do interior, indo ao encontro da reivindicação das Prefeituras e população, que clamam pela atuação da única IES federal de MT; além disso, “as turmas especiais” aparecem registradas como tal no site do INEP, o que indica clara tolerância do órgão em relação ao problema.

no interior de Mato Grosso, marcando uma trajetória de regularidade e revelando uma tendência acentuada de interiorização.

No estado de Mato Grosso do Sul notam-se as estratégias das IES privadas no sentido de atrair a demanda por formação de professores, por meio do oferecimento dos “cursos modulares”, os quais funcionam em períodos de férias escolares e com jornada aproximada de 10 horas/aula por dia, comprometendo significativamente o processo de aprendizagem. Os alunos possuem dificuldade maior em acompanhar o ritmo das aulas devido “[...]ao cansaço acumulado ao longo dos dias, a extensa jornada diária de aulas, o deslocamento dos municípios em que residem, especialmente aqueles provenientes de outros estados e o valor das mensalidades, embora estas fossem 1/3 do despendido pelos alunos dos cursos regulares” (BITTAR ; MORO, 2003, p.10)

5.5. Interiorização da educação superior em MT e MS: indicadores de democratização do acesso com qualidade?

Os dados coletados e sistematizados levam os pesquisadores a questionar sob que condições se processa a chamada interiorização da educação superior? Que indícios apontam a possível democratização da educação superior, do ponto de vista da qualidade do ensino? As mudanças no cenário, sob a égide da expansão do sistema, estão sendo capazes de democratizar o saber, na perspectiva do compromisso com a produção do conhecimento?

Tais questionamentos remetem, num horizonte mais amplo, ao recente arranjo configurado pelas políticas educacionais, que promoveu o desmonte do modelo até então vigente, fundamentado pela Reforma Universitária de 1968, na qual a expansão do ensino superior deveria se dar por meio das universidades prioritariamente e, excepcionalmente, por estabelecimentos isolados. O foco da crítica oficial passou a ser feito sobre o chamado “modelo único de universidade”, que concebia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como essência da instituição universitária, e abrangia outros elementos também importantes, como “*o regime de trabalho da maioria do corpo docente, a qualificação docente para a pesquisa, estrutura de produção e divulgação científica, assim como de pós-graduação stricto sensu consolidada, etc.*” (SGUSSARDi, 2003, p. 8).

A respeito da crítica ao “modelo único” é interessante observar a afirmação de Eunice Durham, assessora do MEC durante alguns anos do governo FHC:

As pesquisas então feitas demonstram que a raiz do problema residia na obsoléncia do sistema burocrático de controles públicos e na irracionalidade do sistema de financiamento; propunha-se uma reforma profunda das

relações entre poder público e instituições de ensino superior. [...] Por outro lado, foi também apontado que o crescimento desejável implicava numa diferenciação dos modelos institucionais. De fato, o modelo de universidade que associa ensino e pesquisa é demasiado oneroso para permitir uma ampla democratização do acesso ao ensino superior; além do mais, sendo pesadamente teórico e acadêmico, não é adequado para atender a uma demanda muito heterogênea, que não está necessariamente interessada numa formação desse tipo. (2001, p.8)

A flexibilização surge como uma “alternativa” capaz de quebrar velhas estruturas, rígidas e obsoletas. Em Cláudio de Moura Castro também é possível perceber a defesa da heterogeneidade e diversificação da educação superior:

Assim, o que era uma boa idéia para certas instituições com vocações para tal [referindo-se ao modelo único de universidade], virou uma fórmula sagrada, a ser reproduzida em massa (como se isso pudesse ser feito no Brasil ou em qualquer outro país). Todavia, esse modelo está cada vez mais distanciado do que é possível e do que faz sentido em qualquer sociedade moderna [...]. O mito da universidade de pesquisa como solução universal é nocivo ao país. (2001, p. 54)

Nessa ótica, flexibilizar significa diversificar objetivos, funções e estruturas organizacionais, bem como a busca de novas fontes de financiamento para as IES expandirem seus cursos e serviços.

De acordo com essas premissas, os Decretos 2.207/97, 2306/97 e 3.860/2001 liberam do cumprimento do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão *“nada menos que 1.024 IES sobre um total de 1.180 IES, no ano de 2000; apenas as universidades a ele sendo obrigadas”* (Sguissardi, 2003, p. 10). Entretanto, o autor lembra que mesmo as universidades, em tese funcionando sob princípios que as diferenciariam das demais IES, na realidade, superpõem modelos: ao mesmo tempo em que preservam características de *“universidade de pesquisa”*, *“sua prática cotidiana (suas funções, prioridades e organização interna, suas atividades, estrutura de prêmios e penas, etc.) estariam cada vez mais subsumidas pela lógica do mercado e do Estado”* (ibid, p. 14).

Mesmo considerando a necessidade de uma maior aprofundamento da pesquisa, para que se possa traçar um diagnóstico das condições do processo de interiorização nesses estados, pode-se afirmar, com base nos dados aqui levantados, que a *“universidade de pesquisa”* não se faz presente nos *campi* do interior.

O que leva os pesquisadores a essa suposição, tomando inicialmente a situação das instituições públicas, são as condições pelas quais se desenvolvem os cursos ou turmas, seja quanto a sua metodologia, viabilizada por meio de aulas concentradas em módulos (no caso

das turmas especiais, por exemplo) seja pela necessidade dos deslocamentos em períodos esparsos de professores da sede para as cidades do interior, em finais de semana, férias, mutirões semanais irregulares, entre outras. Nessas condições, indaga-se como se desenvolve o aspecto pedagógico, posto que a estrutura curricular dos cursos modulares apresenta-se fragmentada, o encontro entre professores e alunos ocorre em períodos distanciados entre si, comprometendo a necessária regularidade e o aprofundamento teórico-prático que o processo ensino-aprendizagem requer. De acordo com Leite:

Criam ‘pacotes’ de ensino: currículos concentrados e desenvolvidos em regimes especiais. Por exemplo: 6^a e sábado na universidade; parte do currículo desenvolvido na cidade de origem, parte em outro local (pode ser no mesmo país em outra universidade europeias ou latino-americana); parte do curso desenvolvido na universidade, parte a distância, parte em semestre regular, parte em período de férias. Os currículos destes cursos se ‘apequenam’. Passam a ser currículos enxutos, mais rápidos; mais baratos para a clientela [...].(2003, p. 63)

É preciso questionar as condições relacionadas ao espaço físico, especialmente no caso das turmas especiais, uma vez que, não existindo o campus universitário nas cidades do interior, os cursos são ministrados em locais adaptados pelos municípios para atender a um “convênio específico”, utilizando escolas da própria rede municipal de ensino, nas quais a oferta de material bibliográfico e de laboratórios necessários à formação do acadêmico, são deficitários ou inexistentes. Outros aspectos que influenciam a condição pedagógica se colocam como motivo de preocupação, entre eles o oferecimento de alojamento precário aos alunos que necessitam se deslocar de municípios distantes para assistir aulas ministradas no pólo (local central, que concentra vários municípios participantes).

Não é difícil supor que o ensino predominante nessas modalidades de cursos se expresse apenas pela transmissão e reprodução do conhecimento e do desenvolvimento de determinadas habilidades, tendendo a enfatizar a formação específica, calcada em informações fragmentadas e/ou num conteúdo curricular específico para atender demandas do mercado.

Com base nessas reflexões, evidencia-se, portanto, a hipótese de que a democratização do ensino superior, na perspectiva do crescimento quantitativo do acesso, é viabilizada pela “*universidade do ensino*”, tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul. O processo de interiorização, portanto, segue as tendências e as orientações dos organismos internacionais, para os quais os países em desenvolvimento são vistos como produtores de mão-de-obra específica para determinadas demandas do mercado, não significando,

necessariamente, a formação de recursos humanos qualificados para a produção do conhecimento científico. Na compreensão de Luiz Dourado:

As políticas de expansão da educação superior, nesse contexto, configuram-se por meio de movimentos assincrônicos, caracterizando esse nível de ensino no país como amplo e heterogêno, permeado por práticas de natureza pública e privada, com predominância destas últimas. Nos últimos anos, esse processo expansionista foi deliberadamente conduzido pelas políticas oficiais, tendo se consubstanciado por natureza e caráter predominantemente privado, como a criação das novas IES, a criação de novos cursos e formatos organizativos, reestruturação da IES, entre outras. Tais políticas têm resultado em um intenso processo de massificação e privatização do ensino superior no Brasil, caracterizado pela precarização e privatização da agenda científica, negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, tendo como norte a garantia dos direitos sociais. (2002, p. 247)

Tendo como princípio que o processo de expansão e de interiorização da educação superior, quer nas capitais, quer no interior dos estados, deve ser implementado nos mesmos padrões de qualidade exigidos nos “centros de excelência”, seria tolerável aceitar que, em nome do acesso, relativizem-se as condições que possibilitem o ensino de qualidade?

Os elementos desta reflexão levam os pesquisadores a enfatizar o papel fundamental que devem exercer as universidades, em especial as públicas e as confessionais⁸, para que a expansão seja acompanhada da qualidade no ensino, pois são nelas que se localizam maiores possibilidades de construção do conhecimento criativo e de formação da cidadania. Portanto, é necessário se vitalizar essas universidades, dando-lhes garantia do exercício da sua natureza e do seu caráter público, para que possa cumprir seu papel social, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que, nas instituições estritamente públicas, passa necessariamente pela autonomia e pelo financiamento do poder público.

5.6. Educação Superior em Mato Grosso do Sul

De acordo com dados do MEC/INEP Mato Grosso do Sul – MS conta, em 2005, com 41 instituições de ensino superior privada. Estas foram instaladas no estado de Mato Grosso do Sul quando este ainda fazia parte do Estado de Mato Grosso. A primeira instituição foi implantada pelos salesianos na cidade de Campo Grande no ano de 1961, com a criação da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras – FADAFI. Como resultado desse processo de trabalho e ação concreta, paulatinamente, a Missão Salesiana criou novas Faculdades: a Faculdade de Direito - FADIR, em 1965; a Faculdade de Ciências Econômicas,

⁸ Dados nacionais informam que o aumento recorde das IES privadas não indica procura maior por essas instituições, pois a relação candidato/vaga nas privadas caiu de 2,2 em 1998 para 1,6 no ano passado, enquanto nas públicas esta proporção cresceu de 7,5 para 8,9 no mesmo período (Jornal da Ciência, em 25/10/2003).

Contábeis de Administração - FACECA, em 1970; a Faculdade de Serviço Social - FASSO, em 1972. Todas essas Faculdades reunidas transformaram-se nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT, em 1979 – ano da instalação do estado de Mato Grosso do Sul. Em outubro de 1993 a FUCMT transformou-se em Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, pela via do reconhecimento, pelo MEC. A UCDB instalou, em 2000, seu *campus* em São Gabriel do Oeste. A UCDB, paulatinamente amplia sua atuação em Mato Grosso do Sul e, em 2002, incorporou o Instituto de Ensino Superior do Pantanal – IESPLAN, em Corumbá. (www.ucdb.br, março/abril de 2005).

Pari Passu outras instituições de ensino superior foram surgindo na região. Na década de 1970 foi criada a Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados – SOCIGRAN, com sede na cidade de Dourados, que, em 1997 transformou-se em Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN. Instituição implantou o curso de Educação Artística, posteriormente foram implantados mais nove cursos. (www.unigran.br, abril/junho de 2005).

O Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos – CESUP foi criado em 1974. No ano de 1996 passa a denominar-se Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP. Em 1994, passou a existir, conveniada com a UNIDERP, a Faculdade de Dourados – FAD, instituição mantida pela Sociedade de Ensino Superior de Dourados. Assim como aconteceu com a Faculdade Integrada de Coxim – FICO e com a Faculdade Integrada de Ponta Porã – FIP. A UNIDERP tem convênio, também, com as Faculdades Integradas de Rio Verde – FIRVE, inaugurada em 1994 e com o Instituto de Ensino Superior de Dourados – IESD, implantado no ano de 2002. (www.uniderp.br, abril/junho de 2005). Estas cinco instituições são mantidas pelo CESUP, e são instituições isoladas ou integradas de ensino superior.

No ano de 1974 criou-se o Instituto Teológico Batista Ana Wollerman. O nome da Instituição foi uma homenagem à missionária que deu 33 anos de relevantes serviços à causa do mestre em nosso estado. Em 1981 foi aprovada a criação do Seminário com a implantação dos cursos superiores de Teologia e Educação Religiosa, em 1982, e o de Música Sacra em 1983. A Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman – FTBAW é, hoje, a 3^a Instituição vinculada à Convenção Batista Brasileira a receber a autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC). (www.anawollerman.com.br, julho/agosto de 2005). Em 1980 foi criada a Faculdade Integrada de Fátima do Sul – FIFASUL, mantida pela Sociedade Educacional Matogrossense que foi criada no ano de 1979. Esta instituição conta com os cursos de administração, ciências contábeis, ciências econômicas, pedagogia, letras e educação física. (www.fifasul.br, julho de 2005).

Em 1982, por meio, união de várias Lojas Maçônicas, foi criada a Fundação Lowtons de Educação e Cultura - FUNLEC pela Grande Loja do Estado de Mato Grosso do Sul, voltada para a educação. No início era apenas uma unidade de ensino, o Colégio Raul Sans de Matos, em Campo Grande. Em 1998 “A fundação Lowtons de Educação e Cultura inaugurou sua primeira unidade de ensino superior voltada para atender a Região Sudoeste do Estado de MS” (A CRÍTICA, 28 de julho de 2002, p.8) o jornal está se referindo ao Instituto de Ensino Superior – IESF. Quatro anos mais tarde surge o Instituto de Ensino Superior da FUNLEC, na cidade de Bonito; ambas são mantidas pela Fundação Lowtons. Estas instituições oferecem os cursos de administração rural, biblioteconomia, educação física, pedagogia, secretariado executivo e turismo. (www.funlec.edu.br, agosto de 2005).

No ano de 1986 surgiu a Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã – FECLEPP. Um ano depois foi criada as Faculdades Integradas de Naviraí – FINAV.

(www.educacaosuperior.inep.gov.br, julho de 2005). A Faculdade de Administração de Nova Andradina – FANA e a Faculdade de Ponta Porã – FAP tiveram origem no ano 1988. Neste mesmo ano surgiram, as Faculdades Integradas de Cassilândia – FIC. (Ibid, julho de 2005). A Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura – ASMEC, criada em 1988, é uma instituição de ensino, que através dos cursos de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Pedagogia e a Faculdade Vale do Aporé – FAVA por meio dos cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Turismo, Licenciatura em História e Normal Superior que “procura atender aos interesses da comunidade, concedendo bolsas de estudo, e fazendo também parceria com a prefeitura do município, tentando assim trazer todo aluno em fase universitária para dentro da escola.” (www.ficms.com.br, acesso em julho de 2005). Em 1991 foi montada a Associação Novandradinense de Educação e Cultura que criou, em 1998, a Faculdade de Pedagogia – ANAEC em Nova Andradina. (www.educacaosuperior.inep.gov.br, julho de 2005).

Mato Grosso do Sul, no ano de 1994, contava também com a presença das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS e da Faculdade de Ciências e Informática mantida pela Sociedade de Ensino e Informática de Campo Grande – SEIC, este mantenedor teve origem em 13 de janeiro de 1986. A partir de 1996 o SEIC fez convênio com a Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro – UNESA (RJ) e fundou a Faculdade Estácio de Sá Campo Grande - FESCG. Neste mesmo ano houve a criação da Faculdade UNAES, que no ano de 2005 transformou-se no Centro Universitário de Campo Grande – UNAES. Atualmente oferece os seguintes cursos: Direito, Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Pedagogia, Relações Internacionais, curso Superior em Tecnologia em

Desenvolvimento WEB, Bacharelado em Design de Moda e Bacharelado em Hotelaria. (www.unaes.br, abril/junho de 2005). No ano de 1995 foram criadas três faculdades isoladas: Faculdade de Administração de Fátima do Sul – FAFS; Faculdade de Ciências Contábeis de Naviraí – FACINAV e a Faculdade de Ciências Contábeis de Ponta Porã – FCCPP. Foram implantadas também neste ano as Faculdades Integradas de Paranaíba – FIPAR. (www.educacaosuperior.inep.gov.br, julho de 2005). Foram criadas, no ano de 1996, as Faculdades Integradas de Coxim – FICO, e um ano depois, as Faculdades Integradas de Ponta Porã – FIP. (Ibid, julho de 2005).

Implantou-se em Mato Grosso do Sul no ano de 1998 as Faculdades Integradas de Amambai – FIAMA. A Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina – FACINAN – FACINAN; a Faculdade de Educação de Costa Rica – FECRA e a Faculdade Tecnológica de Ponta Porã – FATEP, todas elas faculdades isoladas e criadas em 1998. (Ibid, julho de 2005).

A Faculdade de Administração de Nova Andradina – FANOVA foi criada no ano 2000. Assim como aconteceu com a Faculdade de Selvíria – FAZ. (Ibid, julho de 2005). No ano de 2001 foram criadas duas faculdades isoladas: a Faculdade de Letras de Nova Andradina – FALENA e a Faculdade de Turismo de Nova Andradina – FATUR e os Institutos de Ensino Superior Aquidauanense – IEZA. (Ibid, julho de 2005).

A Faculdade de Administração de Chapadão do Sul – FACHASUL teve origem em 2002. Está faculdade é mantida pela Sociedade Educacional do Centro Oeste – SEOCCO. (www.fachasul.com.br, abril/junho de 2005). No mesmo ano temos, ainda, a Faculdade de Educação de Nova Andradina – FENA. Mato Grosso do Sul pode contar com a presença dos Institutos Campo Grande de Ensino Superior – ICGES e do Instituto Mato Grosso do Sul de Educação e Cultura – ISMEC. A primeira faculdade privada de Ribas do Rio Pardo é a Faculdade Superior de Ribas do Rio Pardo – FASURP, criada em 2004. (www.educacaosuperior.inep.gov.br, julho de 2005).

Foram elaborados dois quadros para demonstrar em números o processo expansionista e de interiorização que ocorreu e ocorre em Mato Grosso do Sul depois da elaboração das Leis de Diretrizes de Bases da Educação Nacional 9.394. Estes dados foram coletados no MEC/INEP (2005). Do primeiro quadro foi possível observar o processo de expansão e do segundo destaca a implantação de *campi* no interior do estado.

Quadro VI

Número de Instituições de Educação Superior Privadas em Mato Grosso do Sul (1996 – 2005)

Ano	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas / Isoladas e Institutos superiores	Total
1996	1	-	20	21
1997	2	1	16	19
1998	2	1	16	19
1999	2	1	25	28
2000	2	1	25	28
2001	2	1	28	31
2002	2	1	38	41
2003	2	1	36	39
2004	2	1	38	41
2005	2	2	37	41

Fonte: www.inep.gov.br, maio de 2005

Percebe-se crescimento significativo das IES privadas em Mato Grosso do Sul. As faculdades integradas/isoladas e institutos superiores expandiram suas IES em 85% de 1996 a 2005, com ênfase nos anos de 1998 a 1999 (56%) e de 2001 a 2002 (35%). No total das IES houve expansão de 95% de 1996 a 2005, passando de 21 para 41 instituições, observando-se, também, crescimento significativo nos anos de 1998 a 1999 (48%) e de 2001 a 2002 (32%).

Em um artigo da Folha de São Paulo intitulado **‘Universidades privadas oferecem 65% das vagas’** temos a seguinte análise “Das 124 instituições criadas em 99, mais de 95% são particulares [...] O país contava no ano passado com 2,37 milhões de estudantes nos cursos de graduação, cerca de 250 mil a mais em relação a 1998: 64,9% dos graduandos estão em instituições privadas”(FOLHA DE SÃO PAULO, 28 de junho de 2000, p.C5).

QUADRO VII

Número de *Campus* das Universidades e Centros Universitários Privados em Mato Grosso do Sul (1996 - 2005)

Cidade	Número de <i>campus</i>			
	UCDB	UNIDERP	UNIGRAN	UNAES
Campo Grande	1	3	1	1
Dourados	-	2	1	-
Corumbá	1	-	-	-
São Gabriel do Oeste	1	-	-	-
Ponta Porã	-	1	-	-
Bonito	-	-	1	-
Rio Verde de Mato Grosso	-	1	-	-
Coxim	-	1	-	-
Total	3	8	3	1

Fonte: www.inep.gov.br, maio de 2005

Quanto ao processo de interiorização, observa-se que a UNIDERP possui 4 *campi* no interior, seguida da UCDB e da UNIGRAN, que buscam atrair a demanda crescente do interior de Mato Grosso do Sul.

VI – REFERÊNCIAS

6.1. Iniciais

ANPED. *Dados sobre a produção científica sobre educação no Brasil*. Brasília, 2001.

BITTAR, Mariluce. *Universidade Comunitária – uma identidade em construção*. Tese de Doutoramento. São Carlos: UFSCar, 1999.

_____. *Política de Educação Superior na Região Sul de Mato Grosso e a Influência da Congregação Salesiana*. Texto apresentado no VI Congresso Internacional da Brasilian Studies Association – BRASA. Estados Unidos- Atlanta, 2002.

BITTAR, Mariluce; DAL MORO, Nataniél e GONÇALVES, Suzana. *Política de Educação Superior em Mato Grosso do Sul e a Inserção da UCDB no Segmento Comunitário*. V EPECO. Uberlândia: Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, 2002. Texto completo disponível em CDRoom.

- BITTAR, Marisa e FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. De Freguesia a Capital: 100 anos de educação em Campo Grande. In: **Campo Grande – 100 anos de Construção**. Campo Grande: Matriz, 1999.
- CARBONARI NETTO, Antônio; BRAGA, Ronald e TRAMONTIN, Raulino. As Novas Universidades – estudo preliminar das condições e desenvolvimento de instituições criadas na década de 1980, à luz da Resolução nº 03/83 – CFE. **Logos**. Brasília, 1991.
- CORREIO DO ESTADO. Campo Grande, 27/01/1964, nº 2639, ano X.
- CUNHA, Luiz Antônio. Universidade: ensino público ou liberdade de ensino? In: Universidade Brasileira: Organização e Problemas. **Ciência e Cultura**. São Paulo: SBPC, vol. 37, (7), julho de 1988, pp: 220-228.
- _____. A Universidade Brasileira nos anos 80: sintomas de regressão institucional. In: **Em Aberto**. Brasília: INEP, ano 8, (43), julho/setembro de 1989a, pp. 3-9.
- _____. **Qual Universidade?** São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1989b.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. **Uma Política para o Ensino Superior**. São Paulo: NUPES-USP, Documento de Trabalho 2, 1993.
- _____. **Uma Política para o Ensino Superior Brasileiro**: Diagnóstico e Proposta. São Paulo: NUPES, Documento de Trabalho 01, 1998a.
- _____. **O Setor Privado na América Latina**: uma análise comparativa. São Paulo: USP-NUPES, Documento de Trabalho 3, 1998b.
- _____. A Educação Depois da Nova Constituição: Universidade e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: **Em Aberto**. Brasília: INEP, ano 8, (43), julho/setembro de 1989, pp: 11-23.
- _____. e SAMPAIO, Helena. **O Ensino Privado no Brasil**. São Paulo: USP - NUPES, Documento de Trabalho 3, 1995.
- HAMMES, Ederson Halair e BITTAR, Mariluce. **Nos primórdios da UCDB**: um estudo sobre o surgimento das primeiras faculdades salesianas de MS. Campo Grande: UCDB (Relatório de Pesquisa), 2000.
- INEP/MEC. *Sinopses estatísticas da educação superior dos anos de 1996– 2000*. Brasília: INEP/MEC.
- IPEA. **Ensino superior – perspectivas para a década de 90**. Brasília, 1990, xeroc.
- MARTINS, Carlos Benedito. O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos Anos 80. In: **Cadernos CEDES**. Campinas: Papirus, (25), 1991, pp: 63-74

- _____. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Ensino Superior Brasileiro** – transformações e perspectivas. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp: 11-48.
- _____. Privatização: A Política do Estado Autoritário para o Ensino Superior. In: **Cadernos CEDES**. Campinas: Papirus, (5), 1987, pp: 43-61.
- MEC/SESU. **Ensino Superior no Brasil**. 1996, xeroc.
- MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa Social** – teoria, método e criatividade. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SGUSSARDI, Valdemar. **Universidade, Fundação e Autoritarismo** – o caso da UFSCar. São Paulo: Editora da UFSCar, 1993.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis e SGUSSARDI, Valdemar. **Reconfiguração da Educação Superior e Redefinição das Esferas Pública e Privada no Brasil**. Piracicaba: UNIMEP, 1997, xeroc.
- VIEIRA, Sofia Lerche. O Público, o Privado e o Comunitário na Educação. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez, (27), 1997, pp: 5-12.

6.2. Complementares

BITTAR, Mariluce; MORO Dal Nataniél. **A LDBEN como marco na política de educação superior e na formação de professores em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UCDB, 2003. (Relatório de Pesquisa)

CASTRO, Cláudio de Moura. Ensino superior: o desafio de andar para frente. In: DURHAN, Eunice; Sampaio, Helena (orgs.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: NUPES, 2001.

CORREIO do Estado. Campo Grande, ano X, 27 de janeiro de 1964, p.1.

CRESCE número de matrículas no interior. **Folha de São Paulo**. Cotidiano, novembro de 2003, p. C 4.

_____. “Sem a UEMS, o interior seria outro” (Entrevista com Leocádia Petry Leme). Campo Grande, 27 de julho de 2003, p. 5a.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior no octênio FHC. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v.24, nº82, abril de 2003, p. 37-61.

DOURADO, Luis Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior nos anos 90. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.23, nº 80, setembro de 2002, p.235-253.

_____. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiás: Editora UFG, 2001.

DURHAN, Eunice. Apresentação. In: DURHAN, Eunice; SAMPAIO, Helena (orgs.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: NUPES, 2001.

FERNANDES, Eloísa Bittencourt. **Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul 1979 – 2001**. Campo Grande: UCDB (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, 2003.

INEP/MEC. Sinopse da Educação Superior 2002. Brasília: 2003

LEITE, Denise. Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades. In: SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo. **Avaliação e compromisso público**. A educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

SGUSSARDI, Valdemar. Fundações privadas na universidade pública. A quem interessam? In: SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo. Avaliação e compromisso público. A educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

SGUSSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: **Anais da 26ª Reunião Anual da ANPEd**. Poços de Caldas, 2003, p. 1-18. Disponível em CDRoom.

UNIVERSIDADES trazem lucros à cidade. **Folha de São Paulo**. Cotidiano, março de 1999, p. C 3.

UNIVERSIDADES públicas lideram “docentes-doutores”. In: **Jornal da Ciência**. SBPC. Disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br> [acesso em 25 de abril de 2003].

UNIVERSITAS/Br – **A produção científica sobre educação superior no Brasil – 1968 – 2002**. ANPE.d: GT Políticas de Educação Superior, 2002.

VII – LISTA DAS PUBLICAÇÕES GERADAS.

7.1 Dissertações de Mestrado

No âmbito deste Projeto de Pesquisa foram elaboradas e defendidas, mais diretamente, duas dissertações, desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da UCDB, sob orientação da Professora Dra. Mariluce Bittar, Coordenadora Geral do Projeto (resumos, anexo nº1):

- FERNANDES, Eloísa Bittencourt. *Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul (1979 – 2001)*. Campo Grande: UCDB, 2003. Banca Examinadora: Mariluce Bittar/UCDB; Valdemar Sguissardi/UNIMEP/Piracicaba/SP; Fernando Casadei Salles/UCDB
- PISTORI, Milena Inês Sivieri. *Expansão e Interiorização dos Cursos de Direito em Mato Grosso do Sul – 1965-2002*. Campo Grande: UCDB, 2004. Esta dissertação foi selecionada para ser publicada pela Editora UCDB, compondo a Coleção Teses e Dissertações em Educação, vinculada ao Programa de Mestrado em Educação da UCDB. O lançamento está previsto para o final do mês de novembro de 2005.

7.2 Artigos em Periódicos

Destacam-se os seguintes artigos (textos completos, anexo nº2):

- BITTAR, Mariluce; PISTORI, Milena Inês Sivieri. Educação Superior e o Contexto das Instituições Privadas – perspectivas de acesso e permanência. **Revista Enfoque Lato Sensu**. Campo Grande:UNAES, v.1, 2003, p. 67-76.
- BITTAR, Mariluce; SILVA Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens de Aguiar Veloso. Processo de Interiorização da educação Superior na Região Centro-Oeste: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Série Estudos – periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande: Editora UCDB, v.16, 2003, p.147-164.
- MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo. As políticas de privatização e interiorização do ensino superior: massificação ou democratização da educação brasileira? **Revista Educação**. São Paulo: Anhangüera Educacional, v.VIII, 2005, p.41-52.

7.3 Textos Completos apresentados em eventos científicos e publicados em anais:

- BITTAR, Mariluce; PISTORI, Milena Inês Sivieri. Educação superior: novo mercado para as instituições de ensino privadas. In: III Congresso Internacional Lassalista de Educação. Canoas-RS, 2003, p. 1-10, disponível em CDROM.
- PISTORI, Milena Inês Sivieri; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; FIDELES, Sirlene Moreira. Reestruturação da Universidade Estadual de Mato grosso do Sul no contexto da Reforma Universitária. In: 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Caxambu-MG, 2004, p.1-17, disponível em CDROM.
- ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; FIDELES, Sirlene Moreira; PISTORI, Milena Inês Sivieri. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: modelo diferenciado de interiorização. In: VII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – EPECO. Goiânia: UFG, 2004, p.1-15. Disponível em CDROM.
- BITTAR, Mariluce; SOUZA, Ana Claudia. Política educacional das instituições de ensino superior em Mato grosso do Sul: expansão de cursos de graduação e números de acadêmicos matriculados no pós-LDB 9394/1996 (1997-2001). In: VIII Encontro de Iniciação Científica das Universidades Católicas do Centro-Oeste. Campo Grande: UCDB, 2003, p. 1-10, disponível em CDROM.

- RODRIGUÉZ, Margarita Victoria; MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo. Expansão do ensino em Mato Grosso do Sul; análise preliminar. In: VII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – EPECO. Goiânia: UFG, 2004, p.1-13. Disponível em CDROM.
- FERNANDES, Eloísa Bittencourt. A expansão da educação superior nas universidades de Mato Grosso do Sul – 1979/2001. In: VII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – EPECO. Goiânia: UFG, 2004, p.1-11. Disponível em CDROM
- BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; PISTORI, Milena Inês Sivieri. Reforma Universitária, autonomia e acesso – um estudo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. In: Congresso Internacional de Educação UNISINOS. São Leopoldo-RS, 2005, p.1-15. Disponível em CDROM.
- RODRIGUÉZ, Margarita Victoria; MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo. Os impactos da expansão do ensino superior em Mato Grosso do Sul na década de 90. In: V Simpósio ANPAE-Sudeste e 9º Seminário da ANPAE. Piracicaba, 2005, p1-19, Disponível em CDROM.

VIII – AÇÕES DE DIVULGAÇÃO REALIZADAS E ALCANCE DOS BENEFÍCIOS ESPERADOS.

As ações relacionadas aos desdobramentos do Projeto de Integrado de Pesquisa, cujos resultados estão sendo relatados, foram divulgadas e realizadas com diversos pesquisadores e diversas instituições universitárias, conforme descrito na Introdução deste documento. Por essa razão, todos os benefícios esperados pela equipe de pesquisadores puderam ser atingidos, destacando-se, entre eles, a criação e consolidação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior – GEPES, vinculado ao Programa de Mestrado em Educação da UCDB. Essas ações foram divulgadas por meio de folders, colóquios, artigos em jornais, entre outros, e podem ser assim sintetizadas (anexo nº4):

- Instalação Oficial do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior. Campo Grande: UCDB, 31 de outubro de 2003;
- GEPES realiza em fevereiro a primeira reunião de 2004. *Informativo On Line*. Campo Grande: UCDB, 18 de fevereiro de 2003;
- “Mestrado em Educação da UCDB cria grupo de estudos”. *UCDB de MARÇO*, 1 de março de 2004, p.4;

- Instalação Oficial do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior em Mato Grosso – GEPES. Cuiabá: UFMT, 20 de abril de 2004;
- “UFMT implanta grupo de estudos e pesquisa ensino superior”. Cuiabá: UFMT, *Informativo On Line*, 20 de abril de 2004;
- Apresentação da pesquisa: *Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul – 1979-2001*. Eloísa Bittencourt Fernandes. Campo Grande: UCDB, 16 de agosto de 2004;
- XXXIV Colóquio em Educação: Expansão e interiorização dos cursos de direito em Mato Grosso do Sul: 1965-2002. Milena Inês Sivieri Pistori. Campo Grande: UCDB, 6 de junho de 2005;
- História/UCDB apresenta a expansão das instituições privadas. *Informativo On Line*. Campo Grande: UCDB, 9 de junho de 2005;
- História do ensino superior é tema de trabalho na UCDB. *Informativo On Line*. Campo Grande: UCDB, 26 de junho de 2005;
- Acadêmicos da UCDB participam do XXIII Simpósio Nacional de História. *Informativo On Line*. Campo Grande: UCDB, 28 de junho de 2005;
- História/UCDB apresenta hoje trabalhos em congresso de Dourados. *Informativo On Line*. Campo Grande: UCDB, 22 de setembro de 2005;
- Acadêmicos participam da V Semana de História. *UCDB na Semana*. Campo Grande: UCDB, 26 de setembro de 2005;
- Folder de Divulgação do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Políticas de Educação Superior – GEPES. Campo Grande: UCDB, setembro de 2005.

IX – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

Arrola-se, neste item, outras publicações realizadas pelo Grupo de Pesquisa:

- BITTAR, Mariluce; BATISTA, Suzana Gonçalves. Política de Expansão da Educação Superior em Mato Grosso do Sul (1979-1999). Caderno de Resumos do VI Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste.- EPECO. Campo Grande: UCDB, 2003, p.243.
- BITTAR, Mariluce. Processo de Expansão e Interiorização da Educação Superior na Região Centro-Oeste – as marcas da mercantilização do ensino. Seminário de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Pesquisa Apoiados pelo Edital 01/2002

pela FUNDECT, Campo Grande, 19 a 21 de outubro de 2004, Comunicação Oral de Resultados Parciais de Pesquisa;

- SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens de Aguiar. O Ensino Superior no Estado de Mato Grosso: a configuração do público e do privado a partir da expansão e interiorização. VII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – EPECO. Gioânia: UFG, 2004, p. 1-14;
- BITTAR, Mariluce; NANTES, Valquíria Allis; SOUZA, Ana Claudia santos de. A preservação da história da educação superior em Mato Grosso do Sul. Programas de Resumos do XXIII Simpósio Nacional da ANPUH. Londrina: ANPUH, 17 a 22 de julho de 2005, p. 474;
- BITTAR, Mariluce; ROCHA, Marcelo Pereira. Educação Superior em Mato Grosso do Sul: expansão e interiorização. Programas de Resumos do XXIII Simpósio Nacional da ANPUH. Londrina: ANPUH, 17 a 22 de julho de 2005, p. 535.

X – AVALIAÇÃO

É preciso, ao final deste Relatório de Pesquisa, reafirmar a importância, pra todas as instituições envolvidas, a sua realização. Para tanto, o apoio institucional e financeiro da UCDB e da FUNDECT foram muito importantes. Ressalte-se, entretanto, que os cortes no orçamento realizados na proposta original enviada à essa Agência de Pesquisa restringiram a realização de várias ações, pois o previsto, inicialmente girava me torno de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) e o aprovado consistiu, aproximadamente em R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais). Mesmo assim, houve significativos avanços na área da pesquisa em políticas de educação superior e, a criação do GEPPEs, constitui-se na mais forte evidência de que a temática continua sendo extremamente necessária para o desenvolvimento, consolidação e da pesquisa na Região Centro-Oeste, e a descentralização dos Grupos de Pesquisa no Brasil.